

### **CAPÍTULO 3:**

## **CAMPESINATO E AGRICULTURA FAMILIAR: COMO SUPERAR A POBREZA NO SETOR AGRÁRIO BRASILEIRO**

*Ranier Chaves Figueiredo<sup>1</sup>, Matheus Anchieta Ramirez<sup>2</sup>, Lúcio Carlos Gonçalves<sup>3</sup>, Alan Figueiredo de Oliveira<sup>4</sup>, Dalvana dos Santos<sup>5</sup>, Agatha Bacelar Rabelo<sup>6</sup>, Rafael Araújo Meneses<sup>7</sup>, Renato Henrique Ventura Pinto<sup>8</sup>, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires<sup>9</sup>, Luana Teixeira Lopes<sup>10</sup>*

### **Introdução**

A redemocratização do Brasil, ao longo dos anos 1980, contou com considerável participação social e resultou no reaparecimento de setores que por largo período foram invisíveis na sociedade brasileira. Dentre estes grupos estão as populações tradicionais do meio rural brasileiro, que foram marginalizados por décadas, com destaque para os trabalhadores rurais sem terra e os agricultores familiares.

Porém, é ao longo dos anos 1990 que a agricultura familiar conquistou espaço na agenda dos governos que sucederam a redemocratização brasileira. Já nos anos 2000 com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, este setor da sociedade brasileira passou a ocupar posição de destaque na retórica e na pauta governamental. Foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar, lotada no Ministério do Desenvolvimento Agrário, e diversas políticas públicas destinadas a este público. Na esteira deste momento histórico de evidência da agricultura familiar, o censo agropecuário realizado em 2006 apresentou a importância deste setor, que foi identificado como responsável pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Ciência Animal, Departamento de Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. raniercf@gmail.com

<sup>2</sup> Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

<sup>4</sup> Médico Veterinário, Mestrando em Produção Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>5</sup> Médica Veterinária, MSc, Doutoranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>6</sup> Graduanda em Ciências Socioambientais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>7</sup> Médico Veterinário, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>8</sup> Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>9</sup> Médico Veterinário, Mestrando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

<sup>10</sup> Graduanda em Aquicultura, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

consumidos no Brasil, mesmo ocupando 24% da terra, uma parcela consideravelmente restrita das áreas utilizadas por empreendimentos agropecuários do país (IBGE, 2008).

A valorização e estímulo à agricultura familiar permitiu ainda evidenciar a fragilidade da capacitação de técnicos relacionados à produção agropecuária em lidar com as demandas, sistemas produtivos e políticas públicas relativas a esta parcela da população rural. Fragilidade esta que se dá como fruto da histórica relação incipiente entre a agricultura familiar, técnicos e a ciência de modo geral. O que se deve ao pouco esforço envidado pelos órgãos de pesquisa para o estudo e a resolução dos problemas que alcançavam a produção familiar. Nos poucos momentos que o fizeram foi sob uma perspectiva arrogante e errônea, de transformar as bases produtivas, ignorando os aspectos sociais, culturais e ambientais que permeavam os sistemas de produção (Martins, 2001; Prado e Ramirez, 2011). Assim, a emergência da agricultura familiar no contexto nacional é acompanhada do desenvolvimento e surgimento de núcleos e focos de técnicos e pesquisadores que buscam conhecer, compreender, valorizar e atuar de forma mais adequada com esta parcela da sociedade. Deste modo, se apresenta com importância contemporânea o aprofundamento dos conhecimentos relativos à agricultura familiar, por parte do corpo profissional das ciências agrárias, elucidando particularidades sociais, históricas, produtivas e econômicas deste setor. Ademais cabe ressaltar a permanente necessidade de apoio às camadas mais pobres do meio rural brasileiro. Neste sentido, uma publicação do governo federal no ano de 2015 compilou dados que ilustram essa necessidade:

“Um em cada quatro brasileiros que vive no campo está em situação de extrema pobreza. Esse dado, extraído do Censo Demográfico de 2010, apesar de soar como uma constante nas discussões sobre pobreza rural e desenvolvimento social no Brasil, não pode ser naturalizado. Enquanto a incidência da extrema pobreza no meio rural é de 25,5%, no meio urbano ela cai para 5,4%. O analfabetismo é da ordem de 20% no campo contra 7,7% no meio urbano e mais da metade (52,9%) da população do campo tem até quatro anos de estudo, enquanto na cidade esse número é de um quarto (25,9%). A desigualdade entre rural e urbano no acesso aos serviços de infraestrutura básica de abastecimento de água e esgotamento sanitário também demonstra as dificuldades da população que vive no campo brasileiro.” (Mello, 2015).

Pretende-se, pois, realizar um apanhado teórico sobre o campesinato e a agricultura familiar brasileira, apresentando características e particularidades sociais, econômicas e produtivas que são importantes para os profissionais que atuam junto à agricultura familiar.

## **Agricultura familiar, um grupo heterogêneo**

O termo agricultura familiar, embora utilizado por décadas nos países desenvolvidos sob o termo "*Family farm*" no inglês e "*agriculture familiale*" ou "*exploitation familiale*" no francês, só foi incorporado e mais utilizado no Brasil após a promulgação do Estatuto da Terra em 1964. Nesta lei a "Propriedade Familiar" era definida como:

“O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;” (Estatuto de Terra, 1964).

O surgimento do termo agricultura familiar permitiu reunir uma série de denominações que representavam grupos específicos, como pequenos produtores, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, camponeses, colonos, quilombolas, povos da floresta, geraiszeiros, dentre outros segmentos excluídos do meio rural. Desta forma, a utilização deste termo representou a junção de diversos setores sociais em um mesmo grupo, o que foi relevante na unificação do discurso político deste público. Neste sentido, Schneider (2004) aponta uma das primeiras utilizações do termo nas mobilizações político-sindicais de combate ao Tratado de Assunção em 1991, que objetivou a abertura comercial para produtos agrícolas nos países do bloco Mercosul e que resultava em impactos negativos para uma parcela dos produtores rurais brasileiros. Embora tenha se mostrado importante no contexto político e de mobilização para grupos socialmente fragilizados, a unificação gerada pela adoção do termo agricultura familiar resultou em resistência de alguns pesquisadores que consideraram que o termo abrangia grupos muito distintos (Neves, 2007).

Se mostra importante, portanto, reconhecer que a categoria denominada de agricultura familiar engloba situações consideravelmente distintas. Pode-se encontrar unidades de produção pertencentes à categoria e que apresentam elevado grau de tecnificação, capitalizadas, industrializadas e mecanizadas participando ativamente em mercados pouco acessíveis, como o internacional. A categoria pode apresentar também grupos de produtores pertencentes a povos tradicionais, que se caracterizam por estruturas sociais típicas e com origens históricas, ou de características étnicas determinadas, ou ainda grupos marcados por particularidades específicas como assentados pela Reforma Agrária, alguns marcados pela histórica pobreza.

Ainda que o termo tenha se consolidado no Brasil em decorrência da unificação do discurso político e da sua recorrente utilização em países desenvolvidos, pode-se reunir conceituações que delimitam o grupo. Neste sentido, FAO/INCRA (1994) descreve

dois grupos antagônicos: agricultura patronal e agricultura familiar. Nesta proposição, utilizou-se os conceitos de gestão e trabalho como pilares fundamentais à designação de uma unidade produtora como familiar ou patronal. Na unidade patronal detecta-se completa separação entre gestão e trabalho e na unidade familiar não se dissocia trabalho e gestão do núcleo familiar. Neste sentido, FAO/INCRA (2000) estabelecem uma série de critérios para distinguir estabelecimentos patronais de estabelecimentos familiares em uma análise estatística aplicada nos microdados do Censo agropecuário de 1996 do IBGE. Para estes autores, além do trabalho familiar ter de superar a mão de obra contratada na propriedade e o produtor administrar o próprio empreendimento, lançou-se mão de um cálculo estabelecendo limites máximos ao tamanho das propriedades. Possivelmente, por se tratar de um propósito específico, sobre uma base de dados, FAO/INCRA (2000) determinaram incluir parâmetros relacionados ao tamanho da propriedade na determinação do universo produtivo familiar. Sabe-se que delimitações da categoria de produtores familiares pelo tamanho da propriedade podem ser arbitrárias e incorretas (Prado e Ramirez, 2011). Mas para finalidades legais, como discriminar o público que tenha acesso a determinado benefício ou programa social, por exemplo, torna-se fundamental a adoção de critérios objetivos que delimitem o público alvo. Assim justifica-se que em programas sociais, bem como a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/2006) adotem estes critérios para identificar os beneficiários.

Para Prado e Ramirez (2011), a gestão familiar do empreendimento constitui o principal parâmetro que determina o caráter familiar da unidade. Deste modo, não se suprime as possibilidades de trabalho assalariado na propriedade familiar, tampouco as arbitrariedades quanto ao tamanho da propriedade ou ao nível de capitalização ou tecnificação adotados. Sendo a gestão associada a posse dos fatores de produção, dentre eles o trabalho, o principal diferenciador da agricultura familiar da patronal.

### **Raízes camponesas**

Ainda que marcada por profunda heterogeneidade, a agricultura familiar possui algumas características que embora não sejam fundamentais à delimitação conceitual da categoria, são importantes para a execução de trabalhos com este público. A mais importante delas é a vida em comunidade. Sobre esta característica, pode-se dizer que a organização da agricultura familiar em comunidades, se dá pela histórica má distribuição de terras no Brasil. A política desigual de distribuição de terras proporcionou a formação de grupos marginalizados, sem a posse formal da terra que se isolavam adentro do país e dependiam da autoajuda. Situações específicas que atraíram contingentes populacionais para o interior do país, como o Ciclo do Ouro nas Minas Gerais, também induziram a formação de comunidades relacionadas à produção agropecuária no Brasil.

As metodologias de assistência técnica e extensão rural (ATER) para atender a agricultura familiar devem partir do princípio do trabalho em comunidade como iniciativa potencializadora de resultados (Brasil, 2010; Prado e Ramirez, 2011). Estas comunidades possuem como características o interconhecimento entre seus membros, a presença de parentesco entre estes, a adoção de metodologias similares no empreendimento produtivo e a presença de valores culturais em comum.

Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que as comunidades camponesas, bem como o modo de vida camponês, podem ser inscritas na rubrica da agricultura familiar. Para alguns autores os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (Wanderley, 2014), embora prefira-se aqui o reconhecimento que o campesinato é apenas um dos grupos específicos que integram o grande arcabouço reunido pelo termo agricultura familiar. Esta divergência não é apenas semântica, pois ao se analisar as peculiaridades que marcam o campesinato, é possível identificar não apenas a predisposição à pobreza, mas sim condições invariáveis de exploração e assimetria na relação com o mercado que levam o camponês à pobreza. Fato que torna crucial conhecer as características do campesinato e as condições sociais destes que os levam à pobreza e à exploração.

### **Caracterizando o Campesinato**

Camponês é um dos termos mais antigos utilizados pela literatura para abordar os contingentes populacionais das sociedades rurais desenvolvidas na era pré urbano-industrial e as áreas agrícolas de países desenvolvidos no período anterior à Revolução Verde. O termo ganhou destaque nas obras de Lenin e Engels e se tornou alvo de análises e reflexões principalmente enquadrando os camponeses como classe social. Embora tenha ganhado notoriedade na literatura, Abramovay (2012) aponta que o termo jamais foi alvo de alguma formulação teórica da literatura clássica destinada a delimitar o conceito de camponês.

Após a revolução russa e implantação do regime comunista na União Soviética, viu-se surgir um dos principais estudos que permitiu conhecer melhor a classe camponesa. Chayanov (1974) apontou que a simples concessão de terras aos camponeses não resultaria obrigatoriamente em ampliação da produção agropecuária soviética. Para este autor os camponeses são dotados de uma lógica própria na tomada de decisão em relação à produção agrícola, onde o princípio básico é o atendimento às necessidades dos grupos familiares. O camponês que tivesse maior acesso à terra não aumentaria automaticamente a extensão de suas lavouras ou criações, passa-se primeiro a uma análise das demandas familiares e do aumento da exaustão do trabalho inerente à expansão das atividades produtivas para a avaliação da necessidade ou não de ampliar a produção agropecuária.

O conceito proposto por Chayanov foi aceito por outros autores que estudam o termo, e foi naturalmente expandido para análises de populações camponesas de outras localidades. No Brasil, Abramovay (2012) também aplicou as ideias de Chayanov ao campesinato brasileiro, que embora apresente peculiaridades importantes se comparado ao campesinato africano e europeu, também apresenta uma racionalidade econômica que se distingue da empresa capitalista. Abramovay (2012) propôs que a racionalidade econômica do campesinato brasileiro também é pautada no atendimento das necessidades familiares bem como à reprodutibilidade social do grupo. Esta racionalidade da produção camponesa não pode ser negligenciada por técnicos, formuladores de políticas públicas e também por atores do poder judiciário<sup>8</sup>. Neste sentido é recorrente se encontrar arbitrariedades em laudos, assistências técnicas e ações de mitigação que abrangem comunidades camponesas no Brasil<sup>9</sup>.

Se a racionalidade econômica é um fator em comum do campesinato brasileiro com o campesinato de outras nações, o acesso à terra talvez se apresente como a principal diferença. Neste sentido, Wanderley (1996) aponta que o campesinato brasileiro teve de conviver com a hegemonia da grande propriedade que dominou os incentivos ao setor e bloqueou o desenvolvimento do campesinato brasileiro. É justamente nesta particularidade brasileira que se inscreve alguns dramas relativos ao campesinato no país. O Brasil se destaca pela desigualdade que durante a formação do espaço agrário nacional imputou em completo desbalanço cívico, onde os grandes proprietários de terra acumularam poderes político, policiais, jurídicos e econômicos impondo seus desejos sobre a população camponesa. Os camponeses, à margem da presença de um Estado justo, se viram diante de processos de expropriação que lhe imputaram a característica de errância, de fronteira, onde a insegurança quanto à posse da terra não justificava maiores investimentos na propriedade. Além do mais, sua instalação apenas foi permitida em terras desvalorizadas, cansadas e distantes das áreas de maior pretensão à grande propriedade ou que apresentassem elevados custos para o cultivo, como a supressão de matas.

Mesmo frente a tais características, o campesinato brasileiro se consolidou e proporcionou sucesso a empreitada de avanço nestas terras. Por trás deste sucesso, estão os distintos modelos produtivos empreendidos pelos camponeses. É justamente neste ponto que reside uma importante falha das ciências agrárias, que moldada para transformar a produção agropecuária em uma visão capitalista, se preocupou apenas

---

<sup>8</sup>É recorrente em decisões judiciais que abrangem comunidades camponesas no Brasil, a tomada de decisões que utilizam a racionalidade capitalista para processos indenizatórios ou afins, como por exemplo, em casos de judicialização de deslocamentos compulsórios devido à atividade mineradora ou demais empreendimentos de grande impacto socioambiental.

<sup>9</sup>Ver mais em Andrade 2017

em inovações capazes de multiplicar o resultado produtivo no campo. Os modelos de produção camponesa que alcançaram êxito frente a condições inóspitas e desafiadoras, foram descritos pela literatura científica em poucas oportunidades e majoritariamente em iniciativas de profissionais das ciências sociais. Neste aspecto, não faltam relatos que denunciam o despreparo de profissionais das ciências agrárias em trabalhar junto a produção camponesa, o comportamento preconceituoso frente a cultura camponesa e a insuficiência da formação técnica para o atendimento das demandas produtivas deste grupo.

“Em outro estudo, focalizei a relação conflituosa entre agentes de extensão rural e sitiantes em Sergipe. O programa de extensão, que percebia os sitiantes como “produtores de baixa renda” e não como pais, partia de uma lógica fundada na racionalidade econômica e do suposto de que os sitiantes não possuíam tecnologia, isto é, que o saber do sitiante é um não-saber” (Woortmann, 1983).

“Percebi a relação entre extensionistas e sitiantes como um processo de acusações recíprocas. Os primeiros acusavam os segundos de ignorantes e refratários a modernização. Os sitiantes percebiam o programa de extensão como sendo, em suas próprias palavras, “a dominação”, uma ingerência na autonomia do processo de trabalho. Declarando ilegítimo o saber tradicional, o programa instalou um conflito entre a ordem moral camponesa e a ordem racional e econômica moderna. Atacava-se a presença do gado no sítio sem compreender seu significado para a reprodução social do grupo e como parte das prestações associadas as trocas matrimoniais. ” (Woortmann, 1983).

“Atacava-se o saber tradicional sem levar em conta seu significado na construção social do pai de família. A imposição de pacotes tecnológicos implicava um ataque a própria condição de pai. Numa verdadeira subversão, deveriam os mais velhos -os pais de família- aprender com os mais jovens, os extensionistas, que “nem casados são”, classificatoriamente pertencentes a categoria filho. Tornando ilegítimo um saber secular, essa “dominação” significava o esvaziamento do sentido do trabalho em sua relação com a família. Implicava, de outro lado, a possibilidade de novo cativo, pois os sitiantes percebiam o perigo de se tomar cativos do Banco, visto que as inovações

propostas implicavam, necessariamente, uma subordinação ao capital financeiro.” (Woortmann, 1990).

Para além da ineficiência e da eminente relação conflituosa entre extensionistas e camponeses há que se destacar a negligência em conhecer o saber camponês que possibilitou a reprodução social deste grupo, mesmo em condições adversas. Assim, passa-se a discutir, mesmo no século XXI, a eficiência da produção camponesa, que se mostra em maior sintonia com as questões ambientais, econômicas e sociais que assombram o modelo produtivista engendrado pela produção agropecuária dominante. Modelos produtivos de base camponesa podem ter sofrido corrosão cultural devido à negligência científica de técnicos e pesquisadores das ciências agrárias e pela formação ideológica que passou a identificá-lo como ultrapassado, arcaico e digno de superação para o desenvolvimento do país.

Os relatos sobre a produção camponesa apontam para estratégias verdadeiramente complexas e comprometidas em atender as demandas familiares, permitindo a reprodução social deste modo de vida, incluindo a manutenção dos recursos naturais. Sua base produtiva é a diversidade de culturas e criações desenvolvidas pelos núcleos familiares. Dentre as culturas vegetais, Garcia Jr e Heredia (2009) destacam a estratégia de se alocar estratos de terra na propriedade com culturas de periodicidades diferentes, garantindo a alocação de trabalho, de colheita e entrada de capitais em diversas épocas do ano. Ademais, são cultivadas espécies vegetais destinadas ao consumo familiar, como arroz, feijão, milho e mandioca, mas que também têm seus excedentes comercializados.

Garcia Jr e Heredia (2009) alertaram sobre a comercialização de excedentes, segundo os autores esta é guiada por estratégias que garantam a reprodução do grupo familiar mesmo que o ambiente comercial sofra grandes variações em desfavor a estes produtores. É mister lembrar que as tecnologias de conservação de alimentos são onerosas e relativamente recentes, como os equipamentos elétricos de refrigeração e silos de armazenamento, assim o campesinato brasileiro utilizava técnicas alternativas e mais baratas, como uso do paiol para grãos e uso de banha de porco para conservação de alimentos cárneos, por exemplo. Deste modo, o camponês estrategicamente pode transformar parte de sua produção alimentícia em dinheiro ou armazená-la para posterior comercialização. Neste caso, o volume produzido será somente aquele que permita esta flexibilidade entre o consumo e a venda dos produtos. Paralelamente às culturas destinadas ao consumo familiar, tem-se também a produção de itens destinados ao mercado (Garcia JR e Heredia, 2009). Outra característica da produção camponesa é o acesso às matas para a extração de lenha, peixes, animais silvestres de caça (Woortmann, 1983), plantas medicinais, materiais para artesanato, plantas ornamentais e alimentícias não convencionais. Relata-se ainda as estratégias de uso de

terras específicas em comum, como as chapadas para criar o gado “na solta” (Silva, 1996).

Woortmann (1983) ao descrever o campesinato sergipano, demonstra a complexidade sócio-produtiva empreendida por este grupo social que lança mão de engenhosa estratificação de suas terras. Assim relata-se os diversos *lócus* encontrados no sítio camponês, como o chão de roça e/ou a malhada que são áreas destinadas à produção em sistema de rotação de terras e pousio. Desta forma, tem-se as áreas de pousio que são chamadas de capoeiras finas, as áreas que já foram utilizadas como chão de roça e se tornaram área de cultivo de palma para o gado. As áreas de palma são tomadas pela vegetação natural e chamadas de “mato”. Há ainda o pasto, a casa de farinha, a capoeira grossa dentre outros *lócus* de função sócio-produtiva bem delineada pela tecnologia camponesa. Assim como descrito pelos autores supracitados, existem outros relatos que demonstram como o camponês brasileiro construiu modelos produtivos complexos e detalhados. Cada um adaptado as condições sociais e ambientais que envolviam as propriedades.

As distintas tecnologias produtivas camponesas no Brasil se estabeleceram de norte a sul, produzindo desde vinhos, maçãs, geleias e doces, passando por queijos e produtos cárneos, cachaça, rapadura, farinhas, quitandas e mais uma infinidade de produtos hoje reconhecidos como típicos nas diversas regiões brasileiras. Desperta interesse ainda, a constatação de como estas tecnologias produtivas estiveram sincronizadas com os anseios sociais do grupo. Neste sentido, Wolf (1976) relata a constituição dos fundos, que são verdadeiras reservas de valor empreendidas pelo camponês para viabilizar situações específicas como cerimônias religiosas, festas, acesso à terra, dentre outros. Logo, algumas produções como a pecuária e a criação de suínos serviam como uma poupança que a família poderia acessar em momentos de maior necessidade de capital.

Diante das particularidades do modelo produtivo camponês, pode-se entender que a atuação de profissionais das ciências agrárias, voltadas à conversão do camponês em produtor moderno, tenha falhado no Brasil. A reflexão é simples: quais razões teria o camponês para transformar seu empreendimento em uma produção especializada, em monocultura, com elevado endividamento, se tornando refém de insumos externos em um mercado que o explora ao máximo? Afinal, como já discutido, sua projeção ao mercado é desigual e injusta. O que imputa dizer que há um risco permanente de não se alcançar a reprodução social do grupo, seja por uma adversidade climática, sanitária, ou de natureza mercadológica, implicando em risco ao modo de vida camponês.

Neste aspecto, são inúmeros os motivos para uma escolha racional de se negar os modelos produtivistas modernos trazidos por técnicos extensionistas. Resta lamentar que tais barreiras tenham impedido uma relação benéfica entre campesinato e

extensionistas, afinal, inúmeras são as possibilidades de se contribuir com este setor. Foram negligenciadas possibilidades de trabalhos em prol da inclusão do camponês, como luta por regularização fundiária, acesso a políticas públicas, acesso a direitos como saúde e educação, promoção de infraestrutura local que favorecesse o setor e ainda ações em prol da produção camponesa e ao escoamento desta produção (Van Der Ploeg, 2006). Também se perde a oportunidade do desenvolvimento de pesquisa e o melhor aproveitamento de reservas genéticas, animais e vegetais mantidas no contexto do campesinato. A própria lógica de mercado do camponês, com a transformação da produção camponesa em mercadoria, mereceria melhor conhecimento por parte dos técnicos, uma vez que se configuram em estratégias alternativas de maior segurança comercial, muito embora tenha se desenvolvido em contextos de extrema exploração.

### **Campepinato e pobreza no Brasil**

Uma vez que o campesinato se caracteriza por integração parcial, fragilidade institucional e produção agropecuária diversificada, a inserção dos artigos produzidos por este grupo no mercado acontece de maneira imperfeita. Se este era um dos aspectos que mais careceram de auxílio junto da extensão rural, é de se lastimar que pouco ou nada foi feito para promover a inserção do camponês em mercados com menores graus de imperfeição. Abramovay (2012) aponta a presença de atravessadores que atuam viabilizando a comercialização da produção camponesa no mercado. Entretanto observa-se que tal imperfeição resulta em condições de exploração do camponês. Uma vez que o cerne da racionalidade econômica deste grupo não é o lucro e que as relações pessoais e aspectos relativos aos códigos de conduta das comunidades são mais importantes que as relações jurídicas e mercadológicas, tem-se no atravessador um personagem que materializa a exploração da produção camponesa.

Abramovay (2012) chama de agente antagônico ao personagem que participa desta sociedade parcial –a sociedade camponesa– mas que não partilha das condições sociais desfavoráveis do camponês. O agente antagônico atua como elo da produção camponesa com os mercados externos às comunidades locais. Na prática, este agente antagônico materializa a assimetria, a apropriação exploratória dos mercados frente à condição camponesa. É neste aspecto que se tem a Limitação da Racionalidade Econômica do camponês, e frente a isto alguns autores como Prado e Ramirez (2011) defendem a atuação do extensionista promovendo a conversão do camponês em agricultor familiar livre desta injunção social e apto a prosperar. Neste sentido, os autores utilizaram trabalhos como o de Ellis (1988) que propõem que a ruptura do modo de vista camponês depende de:

- ✓ Prover a disponibilização de acesso ao crédito. Por mais que já se tenha políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sabe-se que o acesso ao crédito, principalmente por parte dos

produtores mais desfavorecidos, é por vezes dificultado devido à atuação incorreta de agentes operadores do programa ou pelo simples desconhecimento de tais ferramentas pelo público alvo;

- ✓ Estabelecer acesso livre à rede de informações. O fato do camponês viver em sociedades parciais e com cultura parcial, gera um relativo isolamento do camponês, com restrição ao acesso a informações de importância, como situações de mercado, conhecimento de políticas públicas, oportunidades diversas, recomendações técnicas, dentre outros;
- ✓ Acesso a canais de compra e venda justos. Embora a produção camponesa se baseie na pouca utilização de insumos, os itens adquiridos no mercado são aqueles que normalmente são impossíveis de se obter de outra maneira que quase sempre seja pela compra. Se os canais de comercialização são injustos a compra destes insumos apresentará grande custo aos camponeses, obrigando a maior integração ao mercado para a venda dos produtos. Esta maior integração deixaria os camponeses vulneráveis a explorações mais intensas na venda dos produtos. Para evitar este quadro de vulnerabilidade, situações de imperfeição nos mercados leva-os ao menor consumo. Os prepostos locais e os agentes antagônicos agem como intermediários de comerciantes maiores ocasionando quadro de monopólio na compra e venda dos produtos das comunidades, fato que agrava o quadro de miséria em que vivem.
- ✓ Acesso à terra. É condição básica à produção agropecuária. Como já discutido, a particularidade brasileira em impor limitações ao acesso à terra acarreta situações de exploração ao campesinato.
- ✓ Infraestrutura e transporte. Pode-se dizer que a infraestrutura é um problema que atinge não somente os grupos camponeses no Brasil. Até mesmo a grande propriedade reclama das dificuldades de transporte e da logística no país. Entretanto, dado às condições econômicas ruins, pode-se dizer que a agricultura familiar e o campesinato sofrem em maior intensidade os efeitos da falta de infraestrutura para o escoamento da produção e o acesso a insumos. Além disso em condições de acesso restrito às comunidades, carências fundamentais como acesso a serviços de saúde, educação e outros serviços públicos, pode-se ter a implementação de iniciativas privadas que contornem estas carências. Porém, comumente estas iniciativas se utilizam dos códigos de conduta das comunidades camponesas e exercem a exploração do grupo.

Assim, tem-se um conjunto de variáveis que devem compor o leque de ações daqueles que se propõem em trabalhar junto ao campesinato brasileiro e que partilhem do desejo de facilitar o alcance de melhores condições de vida para esta população. A rigor pode-se dizer que o campesinato brasileiro não dispõe das mesmas condições experimentadas antes da implementação dos pacotes da revolução verde pela política de Modernização Conservadora, executada durante o regime militar no país. Assim, se

outrora foi possível atender aos anseios familiares camponeses, atualmente não é tarefa fácil. A valorização de terras agrícolas, o suporte estatal à grande propriedade e a busca pelo êxodo rural acarretaram em processos de expropriação camponesa, relatado por diversos autores (Woortmann, 1983; Woortmann, 1990; Martine, 1991; Silva, 1996). Outro aspecto relevante que explica as maiores dificuldades à produção camponesa em não compor estatísticas de pobreza no campo é o valor da produção agropecuária após a efetiva implantação do modelo produtivista no Brasil. Assim os itens agropecuários desfrutam de valores consideravelmente inferiores aos praticados décadas atrás, o que resulta em menor arrecadação por unidade vendida. Por isso, é coerente dizer em pobreza associada à condição camponesa no Brasil.

Posto o quesito central de que a produção camponesa não objetiva prioritariamente a obtenção de lucro é importante se discutir a pobreza nas comunidades camponesas. Pode-se dizer que há diferença na concepção de pobreza e riqueza de camponeses comparada à visão da sociedade urbano-industrial e capitalista. Assim, a concepção de pobreza adotada por técnicos envolvidos com estes grupos, pode não encontrar respaldo na percepção dos camponeses, da mesma forma que a concepção de riqueza empreendida pela sociedade em geral pode confrontar o entendimento camponês. Assim assinala Zhouri e Oliveira (2007):

“Neste sentido, destacamos alguns depoimentos dos moradores “atingidos”, para os quais as ideias de riqueza e pobreza assumem significados distintos daqueles articulados pelos defensores de um modelo industrial voltado para o mercado de exportações.”

*Deus olha para o povo e tem em aberto uma porta para nós. Apesar da nossa fraqueza, da nossa pobreza, temos aqui uma grande riqueza, que é o acesso aos rios, às lavras, os garimpos, diamante, ouro, verduras e muitas outras coisas como vimos aí...* (Depoimento de um morador atingido pela Usina Hidrelétrica de Murta na Audiência Pública realizada em 15/10/2002, grifos originais).

“Nota-se que os sentidos de fraqueza e pobreza estão associados ao reconhecimento de uma condição de carência em relação à imagem de desenvolvimento industrial. Por outro lado, há a enunciação de uma riqueza relacionada aos atributos ambientais existentes e necessários para a sobrevivência e manutenção de seu modo de vida que, nesta região, combina a lavra artesanal à agricultura familiar.” (Zhouri e Oliveira, 2007).

Cabe assim defender metodologias e trabalhos que pautem o fortalecimento do produtor camponês e de sua libertação frente às amarras exploratórias. Não se defende a imposição de concepções da sociedade urbano-industrial, mas sim o ataque às estruturas sociais que se aproveitam da condição camponesa e o forçam a reduzir sua qualidade de vida.

### **Considerações finais**

O campesinato brasileiro é uma estrutura sócio-produtiva que logrou êxito em habitar regiões desafiadoras, sempre sobre a sombra da grande propriedade, que enraizada nas estruturas de poder, dominou a esfera pública e os espaços de socialização do Brasil.

Sintonizar o saber científico praticado nas ciências agrárias com os saberes e demandas do campesinato e da agricultura familiar brasileira é tarefa que deveria ter sido realizada há décadas. Mesmo com atraso, essa sintonia ainda se mostra promissora, podendo interferir nas condicionantes estruturais que promovem a pobreza no meio rural, fazendo valer das recentes arquiteturas políticas desenvolvidas nas esferas governamentais para promover o setor no Brasil.

Todo o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil voltado ao atendimento dos imperativos da Agricultura Familiar devem superar os modelos que tenham por base o produtivismo e ser desenvolvido por meio de metodologias grupais e em comunidades.